

UMA HISTÓRIA EM TRÊS TEMPOS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

Maria de Fátima Silva Gouvêa¹

Martha Abreu²

Cecília Azevedo³

Resumo. Este artigo apresenta três experiências de ensino de História das Américas na Universidade Federal Fluminense. Assumindo pesquisa e ensino como indissociáveis, o artigo discute temas de história colonial, dos séculos XIX e XX das Américas ibérica e inglesa, valorizando abordagens comparativas. O artigo enfatiza a relevante contribuição da Professora Maria Lígia Prado, que desde a década de 1980 tem orientado dissertações e teses que irrigaram o ensino de História das Américas no país.

Palavras-chave: ensino; América Latina; Brasil; História.

THREE EXPERIENCES IN RESEARCH AND LECTURE ON AMERICAN HISTORY

Abstract. This article presents the experience of three American History Professors at the Universidade Federal Fluminense in Brazil. Considering research and lecture as intertwined activities, the article discusses and compares topics in the Colonial history of the 19th and 20th centuries in British and Spanish Americas. The article highlights the seminal work of USP's senior Professor Maria Ligia Prado with her massive contributions in the teaching of the History of the Americas in Brazil.

Key words: teaching; Latin America; Brazil; History.

O presente artigo tem como proposta apresentar as experiências de três professoras que têm se dedicado ao ensino de História das Américas na Universidade Federal Fluminense nos últimos quinze anos. Organizado em três partes, o artigo arrola as principais questões que as autoras têm discutido nas três disciplinas do ciclo básico do curso de

1 Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

2 Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

3 Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

graduação em História da UFF, voltadas para o período colonial, o século XIX e o século XX. Neste sentido, o texto procura aferir a importância da articulação entre as atividades de docência e de pesquisa, bem como da adoção de uma abordagem comparativa na pesquisa e no estudo das várias regiões que historicamente integraram a América Ibérica e a Anglo-Saxônica.

A presente ocasião também encerra a oportunidade para destacar a contribuição do trabalho desenvolvido por Maria Lígia Prado, Professora Titular de História da América da Universidade de São Paulo, que se tem dedicado ao ensino e pesquisa de História da América naquela universidade. Os ecos da sólida e significativa produção da USP na área de História das Américas se fazem notar na trajetória intelectual das três autoras do presente artigo. Os livros publicados, fruto de teses e dissertações lá defendidas, e os diálogos travados no âmbito dos simpósios da ANPHLAC – Associação Nacional de Pesquisadores da América Latina e Caribe –, da qual a Professora Maria Lígia é uma das fundadoras, têm se mostrado fundamentais para o aprofundamento da reflexão historiográfica portanto também para a renovação do ensino de História das Américas, fomentando o interesse de novas gerações por esse campo de estudos em nosso país.

CONSTRUINDO E DESCONSTRUINDO A AMÉRICA ESPANHOLA NO PERÍODO COLONIAL,

por Maria de Fátima Silva Gouvêa

Desde meados dos anos de 1980 a produção historiográfica no campo da história política e do poder voltada para o estudo do complexo imperial hispano-americano tem dedicado grande atenção ao estudo da constituição e movimentação de grupos de interesse regionais no interior da América no período colonial. Pode-se observar uma dinâmica social e política “forte” que pouco a pouco ia moldando os grupos sociais que contribuíram em prol da formação dessas sociedades coloniais. Uma significativa interdependência tem sido identificado nesse processo, conforme analisado inicialmente por John Elliot.

Abria-se assim um período em que se passou a flexibilizar o peso considerado até então como determinante da metrópole em termos da dinâmica econômica e política no processo de formação das sociedades ibero-americanas. Relativizava-se assim em parte o até então inexorável caráter sistêmico da relação travada entre as colônias e a metrópole. Além

disso, outros historiadores passaram também a destacar a forma como as “*pátrias*” e os governos locais haviam contribuído para a formação daquele extraordinário complexo imperial nas Américas. Percebia-se desse modo que as dinâmicas de conflito, de tensões e por isso mesmo, de negociação, haviam desempenhado papel preponderante nas acomodações suscitadas pela administração régia através do exercício da autoridade e da soberania espanhola em amplo senso. Dentre os vários trabalhos, destaca-se muito especialmente os de Anthony Pagden, David Brading, François Xavier-Guerra, John Elliot, John Lynch, José Chiaramonte e de Steve Stern.

Esses estudos tiveram um grande impacto na historiografia dedicada ao estudo do Brasil colonial, suscitando ecos importantes como os observados na obra de Evaldo Cabral de Mello, bem como em dissertações e teses de pós-graduação em história do Brasil colonial, defendidas nas décadas de 1980 e de 1990. A partir de então, a constituição de “*hierarquias sociais*” e de “*redes imperiais*” tem sido enfatizada como elemento importante na formação das sociedades coloniais que integraram essa parte do mundo moderno. Também uma dada cultura política tem sido apontada como detentora de papel importante na forma como se desenvolveu o processo de organização social, animado pelo caráter plasmático dos valores culturais e políticos europeus trazidos pelos homens e mulheres que então passaram a viver nas Américas.

Essa visão incidiu criticamente nos modos interpretativos prevalentes no estudo da história colonial, colocando em xeque o modo classicamente dicotômico –bipolar – pelo qual até então eram entendidos o formato e a natureza das relações travadas entre as colônias e suas metrópoles européias.

Noções clássicas como a de “*exclusivo colonial*” e “*pacto colonial*”⁴ foram rediscutidos à luz de novos estudos, como aqueles produzidos nas décadas de 1970 e 1980, em particular os trabalhos de John Lynch – que

4 Ver NOVAIS, Antônio Fernando, Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), São Paulo, Hucitec, 1979.

reconsideraram a natureza mais específica da crise do século XVII – e de David Brading – sobre a mineração na Nova Espanha⁵.

Ambos os autores produziram estudos que possibilitaram melhor perceber o “quadro de grande diversificação econômica [que caracterizava a] América hispânica em fins do séc. XVIII, fruto do afrouxamento dos vínculos coloniais com a metrópole” que fora tomando forma ao longo do século anterior⁶. Laços esses que evidenciaram o peso preponderante da “depressão econômica espanhola” em promover a “expansão econômica das colônias” entre meados do século XVII e o início do XVIII. Foi esse um modo perspicaz e original pelo qual esses autores, já naquele momento, passaram a perceber a constituição das sociedades hispano-americanas em termos de uma dinâmica orientada principalmente por uma lógica interna, muito própria e particular.

A coletânea organizada por Steve Stern reuniu uma variedade de reinterpretações de elementos culturais, étnicos e políticos que ajudaram a conformar os modos como as populações andinas interagiram com o processo de constituição da sociedade hispano-americana, nos séculos XVIII e XIX⁷. A noção de “*resistência adaptativa*” surge aí como uma estratégia de sobrevivência de peso frente às mais diversas situações coloniais. Era outro ingrediente – esse importante – a enfatizar a importância das dinâmicas internas no processo de formação das sociedades ibero-americanas no período.

Dentre todos esses autores foi John Elliot o historiador que mais se destacou, por promover uma nova forma de abordagem acerca do processo de formação do mundo hispânico e, por decorrência, dos

5 LYNCH, John, Spanish colonial administration, 1763-1810: the intendant system in the viceroyalty of the Río de la Plata, Londres, 1958; Bourbon Spain, 1700-1808, Oxford, 1989, 2 vols.; The Hispanic world in crisis and change, 1598-1700, Oxford, 1992. BRADING, David, Miners and merchants in Bourbon Mexico, 1763-1810, Canridge University Press, 1971; The first America: the Spanish monarchy, Creole patriots and the liberal state, 1492-1867, Cambridge University Press, 1991.

6 BRADING, David., “A Espanha dos Bourbons e seu império americano”, in: BETHELL, Leslie (org.), História da América Latina, São Paulo, Edusp, 1997, vol. 1, pp. 391-446.

7 Ver em particular o artigo de introdução de Steve Stern em: STERN, Steve (org.), Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world, 18th to 20th the centuries, Madison Wisconsin University Press, 1987.

próprios estados modernos na Europa⁸. O autor, ao considerar a formação de Espanha e de seu império, nos séculos XVI e XVII, acabou por demonstrar a impossibilidade de se falar em um processo de centralização política – e econômica – como principal mecanismo de instauração do absolutismo e da formação desse estado moderno na Europa.

Nesse sentido, os seus estudos sobre a Espanha dos Habsburgos demonstraram a extraordinária importância do processo de progressiva construção de vínculos culturais e políticos entre diferentes setores que aos poucos iam moldando esses “mutual compact” que constituíram as monarquias européias na época moderna. Destacaram também o fato de que as elites locais desfrutaram de um significativo grau de autogoverno, favorecendo a estabilidade das alianças políticas entre esses e a coroa. Formavam-se desse modo as “*monarquias compósitas*”, resultantes dessas articulações constituídas entre os grupos intervenientes⁹. A noção de “*Europa compósita*” enfatizou assim a importância das relações de poder travadas em diferentes níveis das sociedades, interpretando desse modo a formação dos estados modernos enquanto um dinâmico e multifacetado processo de reconhecimento das autoridades e dos poderes que juntos passaram a conformar essas monarquias.

A autoridade régia surgia aí como o ponto mais importante de referência jurídico-institucional na organização social em formação. Isso se fundamentava na centralidade do rei em termos do seu poder em reconhecer e atestar a autoridade dos diversos grupos que juntos passaram a constituir esses estados modernos na Europa. Tal processo foi viabilizado em grande parte pela concessão de cargos administrativos e da promoção de casamentos entre membros dos diversos grupos envolvidos¹⁰.

Para além disso, o estudo das monarquias européias constituiu-se também em objeto de outros novos estudos na área da história política e

8 ELLIOT, John, *The Count-Duke of Olivares: the statesman in an age of decline*, New Haven, Conn. & London, 1986; *Spain and its World, 1500-1700: Selected Essays*, New Haven, Conn. & London, 1989. Ver também seus dois artigos publicados na *The Cambridge History of Latin America* (1985): “A conquista espanhola e a colonização da América” e “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”, in: BETHELL, Leslie (org.), op cit, vol. 1, pp. 135-194 e pp. 283-337.

9 ELLIOT, John, “Europe of composite monarchies”, *Past and Present*, 137 (nov. 1992): 48-71, p. 57.

10 Idem, p. 62.

da história cultural¹¹. A contribuição de Anthony Pagden procurou considerar determinadas tradições filosóficas e conteúdos jurídico-institucionais que fundamentaram a interpretação das noções de soberania e vassalagem no império espanhol¹². Sobre esses fundamentos foi possível instituir vínculos políticos e afetivos capazes de embasar as relações de poder, bem como de gestar redes imperiais capazes de interligar as diversas partes do império espanhol. Fernando Bouza Alvarez, historiador espanhol, foi outro a contribuir enormemente para essa discussão no âmbito da historiografia que trata de Portugal no contexto da união ibérica¹³.

O caso mais particular das monarquias ibéricas tem recebido destacada atenção, tendo sido posta em xeque a noção de centralização política¹⁴. António Manuel Hespanha é um dos historiadores portugueses que mais têm se destacado na consideração da natureza polissinodal e jurisdicionalista – o paradigma corporativista – a configurar as concepções de corpo social, bem como a natureza das relações de poder no âmbito da Península Ibérica, e mais particularmente da monarquia portuguesa no século XVII¹⁵. A posição arbitral do rei – enquanto dispensador da justiça e responsável pela manutenção dos equilíbrios sociais – configurou sua centralidade na trama social¹⁶. Nesse sentido, de grande importância foi a constatação da presença de um pacto estabelecido entre soberano e sociedade, capaz de organizar e equilibrar o corpo social em termos das adesões à soberania régia e às autoridades locais. Desse modo, pôde o autor relativizar o caráter incontestável da argumentação corrente que tomava o absolutismo e a centralização

11 Ver, por exemplo: DAVIS, Natalie Zemon, *The gift in Sixteenth-century France*, Madison, The University of Wisconsin Press, 2000; GREENE, Jack P., *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*, Charlottesville & Londres, The University Press of Virginia, 1994; LADURIE, Emmanuel Le Roy, *O Estado Monárquico. França, 1460-1610*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

12 Dentre outros ver: PAGEN, Anthony, *Spanish imperialism and the political imagination*, New Haven & Londres, Yale University Press, 1990.

13 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

14 Dentre outros, ver, por exemplo: CLAVERO Bartolomé, *Antidora. Antropología católica de la economía moderna*, Milão, Guiffré, 1991.

15 HESPANHA, António Manuel, *Às vésperas do Leviathã. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994. Para uma visão mais sintética do paradigma corporativista, ver também: HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do poder”. In: Hespanha, António Manuel (org.). *História de Portugal – Antigo Regime*, vol 4. Lisboa: Estampa, 1993.

16 Ver também: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

política como motor central dos processos de formação dos estados modernos na Europa. Foi possível assim constituir uma análise mais precisa acerca da centralidade régia na condução e manutenção das hierarquias sociais, bem como perceber o papel das redes imperiais na formação do império português no período.

De destaque também foi a publicação da *The Cambridge History of Latin America*, organizada pelo historiador britânico Leslie Bethell, na década de 1980¹⁷, a qual possibilitou mais fácil acesso dos historiadores às rearticulações em curso nos modos de pensar e compreender a história das Américas, particularmente no período colonial.

Foi a partir, então, do início da década de 1990 que os ecos dessa produção historiográfica se fizeram sentir na historiografia que trata do Brasil colonial. A constituição política da América Portuguesa foi mais recentemente retomada de modo inovador por Evaldo Cabral de Mello, em seus estudos sobre Pernambuco colonial¹⁸. Sua reflexão apresenta uma forte influência das contribuições feitas por Anthony Pagden e John Elliot. Conforme pode ser constatado, ali se encontram as primeiras citações e uso crítico – de modo comparativo – das obras aqui referidas desses historiadores britânicos dedicados ao estudo do império espanhol. Como resultado, observa-se uma transformação relevante na forma de se pensar a relação entre *colônia* e *metrópole*, então reinterpretada não apenas a partir dos conflitos que opunham ambas as regiões, mas também – e mais especialmente – a partir dos conflitos e das possibilidades de negociação e acomodação suscitadas pelas noções de soberania e pertencimento que movimentavam as sociedades componentes da América Portuguesa¹⁹.

Em termos dos estudos dedicados à análise do período de crise e *desconstrução* do império hispano-americano, vale também destacar a forma como François Xavier-Guerra e José Carlos Chiaramonte – trabalhando com os casos de Nova Espanha e da região do rio da Prata – propiciaram uma releitura mais complexa e dinâmica do processo de desmantelamento da ordem colonial na América Espanhola. Trata-se de uma experiência

17 Essa coleção ganhou uma versão brasileira, editada pela Edusp em 1997.

18 Ver em especial: MELLO, Evaldo C., *A Fronda dos Mazombos. Nobre contra mascates*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995; *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

19 Outras áreas de estudo também incorporam criticamente muitos dos debates travados no seio da historiografia relativa à América Espanhola. Um bom exemplo disso se observa na área dos estudos sobre a questão indígena. Ver, por exemplo, ALMEIDA, Maria Regina Celestino, *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

historiográfica mais tardia – iniciada na década de 1980 – que só agora tem tido impacto no âmbito da historiografia brasileira.

Chiaromonte tem se distinguido por destacar a importância dos sentimentos que vincularam os indivíduos às suas “*pátrias*”, aos locais em que subsistiam elementos comuns em termos das noções de pertencimento a algo comum, aquilo que era de fato compartilhado por um conjunto de pessoas habitantes de um mesmo lugar²⁰. Destacou também a importância da religião católica na fomentação desses sentimentos de pertença e as mediações que esta fazia em relação a algo mais amplo, antes entendido como a monarquia católica.

Já a análise de Guerra teve como ponto de partida a ênfase na consideração de transformações político-culturais que marcaram o processo de desintegração da organização imperial espanhola na América, o que possibilitou ao autor definir um contexto de “*revolução hispânica*”²¹. A partir de 1808, o mundo hispânico iniciou seu trânsito à “*modernidade política*” através de um duplo viés. De um lado, a ruptura do Antigo Regime diante das sucessivas abdições reais abria espaço para experimentações e realizações em termos de novas formas de soberania e representação política; do outro, a percepção de que a conjuntura de crise serviu também de espaço concreto para a vivência de novas e inesperadas experiências, através das quais os homens iam construindo novos conceitos, vocábulos e soluções voltadas para o enfrentamento das situações então vivenciadas.

Guerra definiu, desse modo, dois cortes cronológicos reveladores desse macroprocesso hispano-americano.

O primeiro desses cortes foi o período entre 1808 e 1810, ou o “*ponto de mutação*”, como o definiu o autor. Nesse momento se dá pela primeira vez o debate sobre a natureza da representação e da soberania hispano-americana no interior da monarquia espanhola²². Indagações do

20 CHIARAMONTE, José Carlos, “Modificaciones del pacto imperial”, in: ANNINO, A.; LEIVA, I. C.; GUERRA, F.X. (orgs.), De los imperios a las naciones: Iberoamerica, Zaragoza, iberCaja Obra Cultural, 1994. Ver também: Nacionalismo y liberalismo económicos en Argentina (1860-1880), Buenos Aires, 1982; Mercaderes del litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1991, & Ciudades, provincias, estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846), Buenos Aires, 1997.

21 GUERRA, François Xavier-, Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 42-50.

22 Idem, p. p. 31 e GUERRA, François Xavier-, “La desintegración de la monarquía hispánica: revolución de independencia”, in: ANNINO, A.; LEIVA, I. C.; GUERRA, F.X. (orgs.), op it, p. 208.

tipo “Que nação formamos?” “Qual a natureza da relação existente entre a América e a Espanha?”, “Qual o significado da soberania nacional?” e “Qual o teor da propalada igualdade de direitos entre os territórios americanos e a Espanha?” atestavam o grau de desintegração do Antigo Regime. A ruptura se dava em termos da quebra do antigo pacto estabelecido entre o súdito e o rei, portanto, a partir da progressiva transferência da noção de soberania da pessoa do rei para uma da noção de “*povo*”.

O ano de 1808 instauraria uma nova lógica representativa, corporificada pela organização das juntas de governo. Entretanto, o que mais distinguiu esse período foi justamente o fato de que ele se constituiu em um ponto de *mudança ideológica* que, através de dois caminhos principais, e com dimensões bastante concretas, propiciou a transformação das velhas noções de soberania e de nação.

Em termos gerais, dois novos fenômenos viabilizaram essa mudança em todo o continente hispano-americano. De um lado, a abundante proliferação de publicações viabilizou o franco acesso de contingentes populacionais às novas idéias então em voga²³. A circulação, e mesmo a reimpressão, de periódicos peninsulares desempenharam um papel crucial em favor da circulação da crítica peninsular ilustrada à monarquia no interior do próprio ambiente colonial. Por outro lado, o surgimento de novas formas de sociabilidade – particularmente no campo da política e da vida cultural – possibilitou o incremento das discussões acerca das novas idéias, então mais intensamente consideradas e compartilhadas pelos diversos segmentos sociais.

A proliferação de tertúlias e de clubes literários constituiu-se em característica marcante do período em todo o território hispano-americano. Foi no interior desses novos espaços sociais que homens e mulheres começaram a compartilhar novos sentimentos e, conseqüentemente, a constituir um novo vocabulário político, capaz de fazer nascer uma “*modernidade política*”, tanto em termos de idéias como em termos dos objetivos e ritos que vieram a configurar novas práticas políticas no interior das sociedades coloniais. O ano de 1810 assistiu à organização das principais juntas de governo americanas, a começar pelas de Caracas e de Buenos Aires, em nome dos “*direitos primitivos*” e enquanto estratégia que evitasse a acefalia do corpo político nas diversas regiões.

23 Idem, 1993, cap. 3, e 1994, p. 210.

O segundo marco cronológico indicado por Guerra foi definido pelo desencadear das “*revoluções de independência*”, a partir de 1810. A ruptura se deu a partir da ofensiva francesa, que, através do seu Conselho de Regência, não reconheceu, nesse momento, a legitimidade das juntas americanas. Guerra enfatizou esse dado externo como elemento crucial a detonar as “*guerras civis*” que culminaram na instauração do “*processo revolucionário*” das independências.

Observa-se a partir de então uma escalada de eventos concorrendo para o acirramento dos ânimos e das vivências definidoras de novos comportamentos e atitudes. A obra de Guerra abriu, portanto, uma nova perspectiva para o desenvolvimento dos estudos sobre os processos de independência ibero-americanos, ao enfatizar o duplo caráter dessa conjuntura revolucionária – enquanto um “*processo*” e um “*acontecimento*” ao mesmo tempo.

Ambas as abordagens causaram grande impacto no âmbito da historiografia brasileira. Ecos de ambas se fazem notar de modo muito especial na forma como István Jancsó, pesquisador da conjuração baiana de 1798, rapidamente incorporou essas contribuições, conforme pode ser observado em seu artigo – “A sedução da liberdade” – que integra o primeiro volume da *História da Vida Privada*²⁴. Ali, as novas formas de sociabilidade e a construção de um novo vocabulário político foram consideradas como elementos estratégicos de análise.

István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta seguiram também orientação semelhante na elaboração de um estudo sobre a identidade nacional²⁵. Nessa reflexão, os autores propuseram pensar “*múltiplas trajetórias políticas e identidades coletivas*” enquanto estratégia para se pensar a multiplicidade de caminhos pelos quais foram surgindo os indícios mais significativos das formas embrionárias de uma possível “*identidade nacional brasileira*”.

Vale assim concluir que essas novas abordagens historiográficas concorreram positivamente para a renovação das pesquisas dedicadas à análise do processo de formação da América Portuguesa. Isso porque suscitaram uma importante reconsideração na forma como vinham sendo

24 JANCÓS, István, “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”, in: SOUZA, Laura de Mello (org.), *História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 387-437.

25 JANCÓS, István & PIMENTA, José Paulo Garrido, “Peças de um mosaico – ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”, in: MOTTA, Carlos Guilherme (org.), *Viagem Incompleta – a experiência brasileira*, São, Paulo, 1999.

percebidos os vínculos que historicamente vinham entrelaçando os diferentes territórios, incluindo-se aí também a corte metropolitana.

Pode-se assim melhor observar a forte interdependência e a extraordinária tensão compartilhada pelos diversos grupos locais no curso da formação da sociedade colonial na América Portuguesa. Em grande medida, constituiu-se um ambiente que poderia ser definido como de Antigo Regime, em que formas específicas das práticas culturais e políticas passaram a ser percebidos como o elemento a configurar o lugar de cada um no *spectrum* da hierarquia social então vigente.

Esse percurso historiográfico tem sido debatido nos cursos de História da América Colonial, servindo como eixo de comparação com os conteúdos também ministrados nos cursos de História do Brasil-Colônia e História Moderna.

AMÉRICAS NO SÉCULO XIX: PERSPECTIVAS DE COMPARAÇÃO NO ENSINO E NA PESQUISA

por Martha Abreu

É bastante comum a versão de que escolhermos “fazer” História porque tivemos bons professores no ensino médio, ou porque sempre gostamos da disciplina, desde pequenos. Em geral, nessa perspectiva, encontramos aqueles que se motivaram pela História Antiga, revoluções, guerras mundiais ou o Brasil atual. Muito raro, entretanto, é alguém responder que escolheu História porque sempre gostou de História da América ou porque teve um grande professor nessa área. Espero que os tempos estejam mudando.

Pessoalmente, meu ingresso na área de História das Américas (que prefiro usar no plural) foi um pouco obra do acaso. Como vários historiadores de minha geração, para além das viagens românticas dos anos de 1970, pelas sociedades andinas e pela revolução cubana, as Américas (quanto mais os Estados Unidos!) não exerciam atração como área de especialização. Evidentemente, esse desinteresse talvez também possa ser atribuído às dificuldades de pesquisa fora do Brasil.

O acaso foi a abertura de um concurso para professor de História da América, na Universidade Federal Fluminense, em 1990. As condições para enfrentar a oportunidade, contudo, tinham crescido bastante, desde os tempos da Graduação e depois do término de meu mestrado – em História do Rio de Janeiro, é bom que seja dito. Ao longo do mestrado

tive a oportunidade de conviver com professores ligados à História das Américas e fundamentais para minha formação como pesquisadora e professora, como Ciro Flamarion Cardoso, Eulália Lobo e Robert Slenes (este último acabou se tornando meu orientador). Todos me fizeram experimentar e conhecer os problemas e os prazeres da comparação em História, contribuindo para que, a partir daí, a história social do Rio de Janeiro em meu trabalho ganhasse novas dimensões. Os desafios e perspectivas dos estudos comparados tinham me mordido, para sempre.

Ao longo dos 15 anos de minha experiência como docente de História das Américas no século XIX, a reflexão comparada tornou-se o grande fio condutor e, acredito, um dos maiores atrativos para os alunos de graduação freqüentarem os meus cursos. Se a História das Américas é uma disciplina que se refere, em princípio, a uma dimensão geográfica, oferece, em compensação, uma oportunidade única para estudos e pesquisas comparados, ou, no mínimo, para uma boa reflexão sobre a comparação em História, como nos ensinou Maria Lígia Prado.

Devo não obstante, confessar: invariavelmente esse fio condutor invade as minhas atividades de pesquisa. Passou a ser impossível continuar a estudar a cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX e início do XX, suas festas, manifestações culturais populares e negras, sem deixar de colocar-me questões que vinham da historiografia das Américas. Por que não tivemos guerras religiosas? De que forma a nossa “Questão Religiosa” não expressava uma forma de “Reforma Liberal”? Qual a relação entre o catolicismo - o oficial e o das ruas - com a estabilidade e crise do Império do Brasil? Por que no México Nossa Senhora de Guadalupe foi eleita padroeira da nova nação, em meados do século XIX, por um exemplar liberal, anticlerical, e no Rio de Janeiro, os cultos mais populares, como o Divino Espírito Santo e as festas do Rosário, eram afastadas do grande centro? Será que não seria interessante analisar a ascensão dos lundus e sambas no Brasil, como fazem os historiadores norte-americanos e do Caribe, que estudam os contos e músicas afro-americanas, como estratégias dos afro-descendentes de incorporar-se em nações que não estavam muito propensas a aceitá-los?

A operações comparativas nas Américas, que podemos recuar às décadas de 1940 e 1950, destinavam-se mais à construção de grandes modelos interpretativos e ideológicos, quase sempre baseados em generalizações simplistas e mecanicistas, que opunham a América Latina aos Estados Unidos, ou a tradição à modernidade. Uma das grandes preocupações era a investigação sobre o que a América Latina não tinha ou precisava ter para desenvolver-se. Assim, já foram contrastados

católicos e protestantes; ibéricos/latinos e anglo-saxões; bandeirantes e pioneiros; autoritarismos e democracia; áreas de desenvolvimento para fora (colônias de exploração) e áreas de desenvolvimento para dentro (colônias de povoamento); atraso e progresso; escravidão paternalista e escravidão violenta; democracia racial e racismo, dentre outras polaridades²⁶.

Sobre a América Latina, a perspectiva comparada fez escola, especialmente entre economistas ligados à CEPAL, a partir dos anos de 1950. Os resultados direcionaram-se, da mesma forma, para a criação de modelos econômicos e sociais que buscavam, desde o período colonial, as possibilidades de desenvolvimento e/ou dependência na atualidade. Divididos por tipo de produto exportador, controle nacional ou estrangeiro da produção, e com pouca base empírica, as tipologias, marcadas pelo domínio das variáveis externas, foram sendo criadas, sem conseguirem, entretanto, dar conta da variada experiência histórica das nações ibero-americanas²⁷.

Na avaliação de Maria Ligia Prado, em 1987, “O tratamento que se tem dado à história da América Latina nos revela duas posições problemáticas; a primeira é a de assumir uma perspectiva generalizante que pretende englobar todos os ‘casos’ de países latino-americanos numa única e coerente interpretação. Além de não dar conta das histórias nacionais, essa abordagem ainda se depara com as eternas ‘exceções’ ao modelo estabelecido. A segunda, oposta, mas não melhor, é a da simples enumeração dos ‘casos’, já que se considera impossível ou imperfeito o viés globalizante”²⁸.

Muito longe estavam estes modelos da famosa - e difícil - proposta de Marc Bloch sobre o método comparativo. Para o autor, “aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que

26 Para essas comparações, ver Morse, Richard, *O Espelho do Próspero, Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo, Cia das Letras, 1988; Jacques Lambert, *América Latina*. São Paulo, Ed. Nacional, 1969; Moof, Vianna, *Bandeirantes e Pioneiros, Paralelos entre duas culturas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, 16a.ed.; Skidmore, Thomas, *O Brasil Visto de Fora*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994; Hasembalg, Carlos, *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

27 Ver Furtado, Celso, *A economia latino-americana*, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1978; Cardoso, Fernando H. e Faletto, E., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

28 Prado, Maria Ligia, *A Formação das Nações Latino-americanas: anticolonialismo, antiimperialismo: constituição das oligarquias: a América Latina é livre*. São Paulo, Atual, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987 (*Discutindo a História*), p. 4.

apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”²⁹. Levando-se em conta as especificidades das experiências, é possível compreender como problemáticas e lutas sociais comuns a várias sociedades, como a abolição da escravidão, assumem características diversas e específicas nas conjunturas históricas analisadas.

Em sua perspectiva deve-se comparar o comparável, ou seja, deve-se ter em mente por que, como e o que comparar, buscando-se novos problemas e questões que tragam à tona novas abordagens. Para isso, sem dúvida, a escolha de sociedades vizinhas e contemporâneas, que estejam passando pelas mesmas transformações, facilita muito a reflexão. Ora, nossos cursos de América podem tornar-se verdadeiros laboratórios para o exercício de comparações entre colonizações, independências, estados nacionais, sistemas escravistas e abolições, dentre outros temas, quer se considere a produção historiográfica, quer a pesquisa empírica quer a visão dos próprios contemporâneos. De acordo com Maria Helena Capelato, partindo de evidências empíricas é possível chegar a conclusões gerais “levando em consideração, ao mesmo tempo, as situações comuns e as diferenças que marcaram as experiências históricas em estudo”³⁰.

Dentro da produção brasileira, os grandes marcos do rompimento como os modelos explicativos muito gerais, a partir de uma proposta que recuperava as diferentes experiências em face de problemas e questões gerais relativas ao século XIX (como a “transição ao capitalismo dependente” e “a formação das nações latino-americanas”), foram os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso, publicado em 1979, e o de Maria Lígia Prado, em 1985. Compartilhando certas premissas, como a valorização das lutas sociais internas, frente às determinações externas, os autores, é verdade que cada um à sua maneira, nos permitiram perceber a dinâmica entre a semelhança e a especificidade, sem generalizações superficiais ou descrições estreitas demais. Privilegiando, respectivamente, o mundo econômico e o político, articulando-os com maestria entre si, ambos os historiadores nos permitiram compreender como certos processos comuns, por exemplo, as reformas liberais - instrumentos legais de liberação da terra e dos homens - e as lutas entre

29 Bloch, Marc, “Comparaison”, *Revue de Synthèse Historique*, t. LXIX, 1930, citado por Cardoso, Ciro Flamarion e Brignoli, Héctor P., *Os Métodos da História*, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983, p. 409/410.

30 Capelato, Maria Helena Rolim, *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1998, p. 34.

conservadores e liberais, foram experimentados pelas diferentes sociedades ibero-americanas.

Em que pese às dificuldades de pesquisa para a realização de estudos comparados, em função dos deslocamentos, tempo disponível e enorme crescimento das historiografias regionais, alguns trabalhos atuais - é verdade que restritos no recorte regional - têm demonstrado o potencial de análises nesse sentido. Correndo risco de esquecer alguns, não posso deixar de destacar os da própria Maria Ligia Prado, sobre a articulação entre natureza e identidade nacional nos Estados Unidos e Argentina ou, ainda, sobre concepções de universidade no Brasil, México e Chile no dezenove; o de Maria Helena Capelato, sobre as estratégias de propaganda dos governos Vargas e Perón; o de Keila Grimberg, sobre o direito civil e escravidão nos Estados Unidos e Brasil; o de Marco Antônio Pamplona, sobre cidadania e revolta em Nova York e Rio de Janeiro; o de José Luis Bendicho Beired sobre os intelectuais autoritários no Brasil e Argentina na primeira metade do vinte; o de Célia Maria Marinho Azevedo sobre as ideologias abolicionistas e suas conexões nos Estados Unidos e no Brasil; o de Gabriela Pellegrino Soares sobre literatura infantil e mediadores culturais no Brasil e na Argentina na primeira metade do vinte; e o de João Paulo Pimenta, sobre a origem do Estados Nacionais do Brasil, Argentina e Uruguai³¹.

Dentre as possibilidades de comparação, uma forma que sempre achei importante privilegiar em meus cursos foi a que era realizada pelos próprios contemporâneos. Ou seja, sempre procurei discutir como os agentes históricos estabeleciam comparações entre o que viviam - ou viveram - e o que se passava em outras regiões próximas. Os estudos de escravidão e abolição oferecem uma rara oportunidade para isso.

Já foi bastante reconhecido e discutido quanto a historiografia sobre escravidão e abolição no Brasil renovou-se a partir da aproximação com a historiografia norte-americana. Fenômenos e processos inicialmente só observados nos Estados Unidos, como o direito à família escrava e as lutas pelos significados da liberdade após o fim da escravidão, ganharam dimensões hemisféricas. Atingiram também os grandes modelos interpretativos que opunham saxões e ibéricos, protestantes e católicos, já que, perante sistemas escravistas e crises senhoriais, aproximaram-se regimes paternalistas, famílias escravas, ações

31 Algumas coletâneas também têm procurado reunir temáticas comuns em artigos sobre várias regiões, como é o caso do "Fronteiras, paisagens, personagens, identidades", organizado por Horacio Gutiérrez, Márcia R. C. Naxara e Maria Aparecida de S. Lopes, Franca, Unesp, São Paulo, Olho D'água, 2003.

de liberdade, quilombos, fugas, revoltas e até mesmo cantos e contos dos afro-descendentes.

Cada vez que aprofundamos a discussão, sempre surpreende a complementaridade e simultaneidade dos processos que articularam nas Américas liberalismo, abolição e independências, denominados de uma forma muito feliz por Blackburn de a “Era das Abolições”³². Após a emergência de um pensamento antiescravista no mundo Atlântico e da Revolução de São Domingos, na segunda metade do século XVIII, nenhuma luta de independência pode deixar de fora a discussão sobre fim do tráfico, direitos dos libertos e até mesmo a pauta abolicionista. Se, evidentemente, a “Era das Abolições” foi longa, do final do XVIII ao final do XIX, com uma primeira fase mais rápida e radical, que envolveu a abolição no Norte dos Estados Unidos, Caribe inglês e francês e o fim do tráfico nas áreas escravistas restantes, as lutas e discussões foram intensas, profundas e irreversíveis. E todos sabiam disso.

Nesse sentido, nem só os historiadores são os responsáveis pelas aproximações das situações, em termos de semelhanças e diferenças. Elas fazem parte dos debates dos próprios contemporâneos. Os sujeitos sociais viveram nas Américas, ao longo do século XIX, de uma forma muito próxima, o ruir da escravidão e das relações senhoriais de dominação. Ao afirmarem o seu ponto de vista ou temerem as mesmas perdas e prejuízos, que aconteciam em outros locais, aproximaram e compararam a experiência que estavam vivendo. Tratava-se de um esforço de elucidar uma vivência política e social partilhada pelos atores sociais (fossem senhores, escravos ou libertos), que sentiam, muitas vezes na própria pele, a similitude e/ou especificidade dos processos. A comparação fazia parte das estratégias de ação, da formação dos juízos de valor e das bandeiras políticas a serem defendidas em qualquer parte das Américas, onde ruía a escravidão. Neste sentido, não havia um “local” que influenciasse os outros; os vetores funcionam em todas as direções.

Vejam alguns bons exemplos. Flávio Gomes, estudando o protesto escravo no Rio de Janeiro, argumentou que diversas autoridades temiam a existência de planos de revoltas articuladas entre escravos de várias partes das Américas, com a participação de abolicionistas ingleses e emissários internacionais. Um ano após Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo natural da Guiné, proclamar a independência do Haiti, em 1804, o ‘Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e

32 Blackburn, Robin. *The overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London, New York, Verso, 1990.

crioulos forros, o retrato de Dessalines, Imperador dos negros da Ilha de São Domingos'. Em 1841, O Ministério da Justiça do Brasil recebia de Londres notícias assustadoras relativas a um "Clube Abolicionistas da Escravidão", que havia enviado dezenas de pretos forros jamaicanos para Cuba, visando a propagar idéias de rebelião junto a escravos.

Nos debates em torno da aprovação da Lei do Ventre Livre, ao longo de 1871, logo após a derrota do Sul na guerra civil, políticos defendiam as apreensões dos senhores de escravos sobre a possível divisão do Brasil, como nos Estados Unidos, entre o Norte livre e Sul escravista, destacando os perigos da concentração desproporcional de escravos entre estas províncias. José de Alencar, um pouco antes, nas famosas Cartas ao Imperador, em 1867, já atentava para os perigos da abolição com a interferência do Estado. A abolição, mesmo que em etapas, desencadearia um processo de agitação e revoltas, como havia sido, na sua avaliação, o caso das colônias inglesas das Antilhas³³.

Para os Estados Unidos, como mostrou Eric Foner, os senhores e políticos do velho Sul conheciam bem os resultados do pós-abolição no Caribe e temiam pelo que poderia acontecer com a economia exportadora. Sua visão sobre os libertos estava em parte baseada nas ações dos ex-escravos do Caribe, que defendiam outros sentidos para a liberdade³⁴.

Essa dimensão "ao vivo" da comparação foi possível ser localizada também na pesquisa que realizei em um jornal católico do Rio de Janeiro, "O Apóstolo"³⁵. Diferentemente das conclusões de José Murilo de Carvalho, que afirmou não ter existido no Brasil um abolicionismo de ordem religiosa e filosófica³⁶, consegui reunir evidências sobre a existência do abolicionismo católico, ao menos no Rio de Janeiro³⁷. Através dos editoriais desse jornal, acompanha-se de perto o

33 Outro exemplo da influência da derrota do sul dos Estados Unidos no rumo dos investimentos de um grande senhor de escravos e da própria escravidão no Brasil pode ser encontrado em Castro, Hebe Maria Mattos e Schnoor, Eduardo, Resgate, Uma Janela para os Oitocentos. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995, p. 227-242.

34 Foner, Eric, Nada além da liberdade. São Paulo, Cia das Letras, 1988, especialmente, cap. 1.

35 "O Apóstolo" era uma espécie de órgão oficial do Bispado do Rio de Janeiro. Este periódico circulou na cidade do Rio de Janeiro, entre 1866 e 1901, na maior parte do tempo três vezes por semana. Também era distribuído por todo o Brasil.

36 Carvalho, José Murilo, Escravidão e Razão Nacional, In: Dados, Revista de Ciências Sociais, 1988, p.307.

37 Ver Abreu, Martha, Pensamento Católico, Aboicionismo e Festas Religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890. In: Pamplona, Marco A., Escravidão, Exclusão e Cidadania. Rio de Janeiro, Access Ed., 2001.

estímulo aos sentimentos humanitários através de alforrias caritativas e da previsível gratidão dos libertos. Mantendo-se as relações de dependência e a hierarquia social, pregava o jornal que o liberto não esqueceria quem lhe fez bem e lhe deu liberdade.

Por mais de uma vez “O Apóstolo” fez comparações entre o processo abolicionista nos Estados Unidos e no Brasil, procurando argumentar que aqui (certamente onde o catolicismo era a religião oficial), não teria havido “sangue entre irmãos”. Ajudando a construir, de uma forma comparativa, uma das mais fortes versões sobre a harmonia das relações raciais no Brasil, afirma que nos Estados Unidos,

o negro era considerado uma raça inferior à do branco. Ali degradou-se a ciência a fim de justificar-se a ímpia teoria da escravidão. No Brasil nenhum dos nossos sábios levantou-se para provar a inferioridade da raça negra. A constituição do Império consagrou a sua igualdade. O liberto vota nos comícios eleitorais; liberta-se o escravo e dá-se uma arma para defender a honra nacional... Todos fazem parte da família brasileira... A idéia de humanidade constituindo uma só família, composta de filhos de um mesmo Deus, é uma idéia cristã. Por isso, a Igreja sempre levantou a sua voz a favor do escravo, desde a sua origem (grifos meus) ³⁸.

A posição expressa nos editoriais de “O Apóstolo”, além de se opor ao protestantismo e materialismo dos Estados Unidos, como afirmavam, procurando passar a limpo a memória sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, apresenta uma outra possibilidade de comparação, ao aproximar-se do que a historiografia costumou denominar de pensamento conservador latino-americano. Fundamental nas lutas políticas em torno da formação dos Estados Nacionais, onde o peso da Igreja era grande, especialmente no México, esse pensamento parece também ter marcado presença no Brasil.

Marc Bloch já havia sugerido que a iluminação de certos fenômenos e/ou processos, mais documentados ou mais visíveis em certa sociedade, também podem ter sido igualmente importantes – embora menos visíveis ou menos documentados - em outra sociedade, vizinha ou não da primeira, no tempo e no espaço. Assim, com essa inspiração, entendo que, se não tivemos “visíveis” guerras civis de conteúdo religioso, como na América hispânica, ao longo do século XIX, isso não significa que o catolicismo estivesse longe do centro de uma luta maior,

³⁸ “O Apóstolo”, 30 de julho de 1871.

que envolveu a construção dos caminhos do “progresso” e “civilização” do Brasil, bem diferentes dos objetivos dos liberais modernizantes.

“Menos visível” e “menos documentada” – talvez mesmo menos estudada pela historiografia - as lutas entre católicos e liberais também marcaram o século XIX no Império do Brasil. Envolveram, num primeiro momento, a retomada do direito de padroado e a conseqüente indeterminação entre ser católico e cidadão do Império. Num segundo momento, as acirradas discussões em torno da liberação da imigração protestante, da secularização dos cemitérios, do ensino leigo, da educação do “povo” e da própria construção de uma identidade do país (católica, ou não). “O Apóstolo” costumava afirmar que aqui era o Império de Santa Cruz, o maior país católico do mundo, onde crescia uma civilização católica, oposta à sociedade liberal moderna. Para isso, os “verdadeiros católicos” deveriam orgulhar-se dessa identidade e estar conscientes da necessidade de votarem corretamente em políticos que defendessem a Igreja Católica Romana³⁹.

O jornal procurava demonstrar a importância da religião em vários países civilizados do mundo. Tentava convencer que nosso “atraso” não era decorrente da união entre o Estado e a Igreja, mas dos governos (entendidos como gabinetes) anticatólicos que vínhamos tendo nos últimos anos e, principalmente, da falta de ensino religioso - reclamação que se tornou constante ao longo da existência do jornal⁴⁰. Reunindo todas essas bandeiras, “O Apóstolo” constantemente definia o seu o ideal de progresso, indo muito além do campo puramente religioso. Em seus termos, defendia claramente a concepção de uma cidadania católica para o Brasil e para toda a América Latina.

Certamente o regime ditatorial de García Moreno, entre 1861 e 1875, no Equador, um dos maiores expoentes do pensamento conservador hispano-americano, era a concretização da utopia política sonhada pelo jornal católico carioca. Por mais de uma vez Moreno foi elogiado como tendo sido fundamental para o progresso e a felicidade de

39 “O Apóstolo”, 1 e 15 de setembro de 1872; 28 de fevereiro, 11 de agosto, 3 de setembro, 8 de outubro e 5 de novembro de 1876.

40 “O Apóstolo”, 23 de fevereiro de 1875, 24 de dezembro de 1876, 10 de junho de 1877, 15 de janeiro e março de 1878; 1, 3, e 12 de 1879; 31 de março de 1880.

seu país, graças à benéfica influência da Igreja Católica⁴¹. Quando Moreno foi assassinado, o editorial do dia 22 de outubro de 1875 atribuía aos maçons a autoria de "terrível crime".

Também aqui, na velha América Portuguesa, o local da religião, particularmente do catolicismo, e do poder religioso, ao longo das transformações do século XIX, entrou diversas vezes em pauta. De uma forma semelhante à América Hispânica, os apologistas de um certo progresso iriam voltar-se contra a herança católica e sua prática religiosa colonial e popular; da mesma forma, contra o "obscurantismo" de que entendiam ser a Igreja representante.⁴² Se lembrarmos que, na segunda metade do século XIX, também se fortalecia a posição antiliberal de Roma, podemos antever uma série de dificuldades na relação entre o governo imperial - com sua elite política preponderantemente regalista, anticlerical e laica - e a renovada alta hierarquia do clero - ultramontana, diretamente ligada ao Papa e interessada em uma maior autonomia de ação.

Demonstrando a força desse pensamento católico conservador no Brasil, é curioso pensar que, se a liderança política do Império conseguiu realizar tantas reformas, como a Lei de Terras, a reforma eleitoral e até mesmo a abolição da escravidão, não conseguiu separar a Igreja do Trono, apesar dos esforços dos liberais mais exaltados⁴³. A secularização

41 "O Apóstolo", 2 de agosto de 1874 e 1 de outubro de 1875. Moreno defendeu obstinadamente o Syllabus e a Santa Sé; foi um implacável repressor de todas as liberdades civis e políticas garantidas pelo liberalismo, e proclamou em 1873 o Coração de Jesus como protetor e defensor da Nação. Na Constituição do Equador de 1869 estava estabelecido que para ser cidadão era necessário também ser católico e que "a religião da República era a Católica, Apostólica e Romana, com exclusão de qualquer outra ..., segundo a lei de Deus e as disposições canônicas". Romero, José Luis, *El Pensamiento Político de la Derecha Latinoamericana*. Buenos Aires, Paidós, s/d., p. 81.

42 Nesta mesma época, como na América hispânica, chegavam muitos missionários protestantes que, ao fundarem institutos de educação (Mackenzie em São Paulo e Bennet no Rio de Janeiro), se tornaram verdadeiros "focos do liberalismo e republicanismo". Viera, David Guerreiros, "Liberalismo, Masonaria y Protestantismo en Brasil, siglo XIX". In: Bastian, J.P., *Protestantes, Liberales y Francomasones*, México, Fondo de Cultura, 1990, p. 39-67.

43 Ver Rodrigues, Claudia, "Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)". Tese de Doutorado, Departamento de História da UFF, 2002 (Em breve será publicada pelo Arquivo Nacional).

dos cemitérios e a liberdade de culto foram as primeiras iniciativas do regime republicano⁴⁴.

Enfim, se os meios, os motivos e os resultados das disputas entre liberais conservadores variaram bastante, foi inegável o peso da Igreja (sua subordinação, ou não) e do catolicismo - a religião da maioria da população ibero-americana - na difícil formação das novas nações católicas das Américas⁴⁵. Mesmo variadas, atingiram de forma semelhante - e comparável - os países que receberam uma herança católica colonial. O Brasil não poderia ficar imune aos problemas desta herança.

III) AMÉRICAS E O TEMPO PRESENTE

por Cecília Azevedo

Trabalhar com o ensino de História das Américas, essa superfície imensa onde convivem povos, etnias, idiomas, tradições, culturas tão diversificadas, representa de fato um enorme desafio. A imagem do caleidoscópio já foi muitas vezes utilizada para ilustrar esse quadro tão complexo, cujo dinamismo muitas vezes dificulta a proposição de modelos explicativos e linhas de força de longa duração. Américas: múltiplos espaços, múltiplas temporalidades.

44 É importante frisar, na defesa de uma nacionalidade católica no Brasil, que o jornal "O Apóstolo" não estava sozinho e não pode ser visto como uma exceção à regra. Em outro trabalho pude constatar a existência de aliados de uma identidade nacional católica entre intelectuais, para desespero de liberais exaltados, maçons, positivistas e cientificistas. Ver Abreu, Martha, *O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1890-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, especialmente p. 319-333.

45 A implantação dos princípios liberais em matéria religiosa, como a separação Igreja-Estado e a liberdade de culto foi realizada na Colômbia na década de 1850 e no México, entre 1857-1859 e no final da década de 1870. Em outros Estados, mesmo que se mantivessem as ambigüidades religiosas liberais e o caráter oficial da religião católica, assistiu-se à subordinação da Igreja e do clero colonial na Argentina e Uruguai (década de 50), Venezuela (década de 70), Equador (década de 70, depois do governo conservador de Garcia Moreno), Bolívia e Chile (década de 70) e Guatemala (1872). Meyer, Jean, *Les Chrétiens d'Amérique Latine, XIX et XX siècles*. Paris, Desclée, 1991, p. 16. É bom lembrar que este processo não foi específico à América Ibérica. Do final do século XVIII ao final do XIX também o mundo católico europeu vivenciou os "últimos rebentos da velha (e medieval) rivalidade entre a Igreja e o Estado" e o ajuste final da definição do papel dos católicos e da Igreja no mundo moderno, após a emergência do liberalismo. Ver Hermet, Guy, "O Indivíduo-cidadão no Cristianismo Ocidental". In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Iser/Cer, 15/2-3, 1990, p. 25-33).

Mas de todo modo, a composição dos currículos e programas de curso nos obriga a estabelecer recortes em termos de períodos, problemáticas e casos a serem estudados. Os marcos da história contemporânea e especialmente do século XX vêm sendo, desde já algum tempo, intensamente discutidos. Para uns, longo século XX, retrocedendo-se ao século XIX e rompendo as fronteiras do século XXI, para outros, breve século XX, situado entre a Primeira Guerra mundial e a queda do muro de Berlim, ou ainda “século americano”, assumindo-se a ascensão dos EUA na cena mundial, cuja reversão alguns já prenunciam e outros não arriscam antecipar⁴⁶.

O ensino de História das Américas no século XX, que em muitos programas⁴⁷ tinha como marco inicial a Revolução Mexicana, e final, os processos revolucionários da América Central e o início da redemocratização na década de 80, encontra-se hoje cada vez mais pressionado pela História do Presente e também pela chamada História Imediata, que começam a receber reconhecimento como campos onde o historiador pode exercer seu ofício sem abrir mão das exigências metodológicas comuns a especialistas de outras temporalidades⁴⁸.

46 Eric Hobsbawm, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein estão entre os mais importantes autores envolvidos neste debate.

47 Tomo como base somente a experiência na Universidade Federal Fluminense, onde leciono a disciplina História da América III. No atual currículo contamos com três disciplinas de História da América no ciclo básico. A disciplina História da América I está voltada para a conquista e o período colonial; a disciplina História da América II dedica-se aos processos de descolonização, cobrindo o século XIX e América III, para o século XX. Evidentemente, trata-se de um corte cronológico que supõe flexibilização. A proposta curricular para o básico sublinha a importância da análise comparativa e da ênfase no contraste e nas relações entre América Latina e os EUA, numa abordagem que deve contemplar processos e movimentos políticos, sociais, culturais e econômicos. Enfatiza-se o trabalho com base na produção historiográfica e em fontes primárias.

48 Pode-se apontar como fundamentais neste sentido a coletânea organizada por René Rémond - Por uma História Política. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996 - e a organizada por A. Chaveau e Ph. Tétard - Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999, reunindo nomes como Jean-Pierre Rioux, François Sirinelli, Serge Bernstein, Pierre Milza, Robert Frank. Os organizadores da segunda coletânea diferenciam a História do Presente da chamada História Imediata. Ambas fariam parte de um tempo “muito contemporâneo, o do século XX amputado de seu primeiro terço”, mas teriam graus de recuo diferenciados em relação ao acontecimento que tomam como objeto de análise. Embora os autores afirmem que mesmo a dita História Imediata se coloca na horizontalidade cronológica e não na verticalidade sincrônica, apontam que o maior valor da História Imediata, produzida “no calor da hora” é o de testemunho. V. pág. 20-33.

História contemporânea revalorizada, mas ao mesmo tempo constrangida ou vigiada, seguindo a expressão de Marc Ferro⁴⁹, pela sociedade e pela mídia, que disputam a prerrogativa de construir interpretações sobre o processo histórico. É cada vez mais flagrante a busca de explicações para o presente, para a história que se vive, demanda social legítima por identidade e por sentido, que tem tido o efeito positivo de desafiar o saber acadêmico. Temos hoje, professores e alunos, a possibilidade de acessar informações e análises produzidas por jornalistas, cientistas políticos, sociólogos, além de depoimentos de testemunhas e participantes de acontecimentos recentes em todos os países do continente, mesmo aqueles que não despertaram ainda interesse e espaço maior na nossa historiografia. Dessa forma, as tensões da arena internacional e das realidades particulares a cada país, como a guerrilha na Colômbia, a crise política que derrubou os presidentes da Argentina e da Bolívia, a rebelião indígena no Equador, a guerra do Iraque e a reeleição de Bush, por exemplo, podem ser acessadas imediatamente através de textos e imagens e trazidas para discussão em sala de aula. Encontramos assim diante do desafio de incorporar tais temas e descobrir uma maneira de nos aproximar e desbravar material tão vasto e diferenciado, um manancial aparentemente inesgotável, certamente desproporcional em relação à produção acadêmica acumulada até então.

Mesmo estimulados, a sensatez nos deve levar a admitir que não é possível dar conta de tantas demandas e que a História, mesmo alimentada por outras disciplinas e por novos recursos, só pode continuar a ter qualquer importância se souber preservar aquilo que a caracteriza e diferencia: a capacidade de articular escalas e tempos, sabendo discriminar, do caos aparente do presente, linhas de força em termos de poder político, econômico e cultural, cuja configuração e desenvolvimento se localizam no passado. História-processo, história hermenêutica, que exige tratar como fontes os discursos, as falas, os testemunhos sobre a realidade vivida, identificando categorias e hábitos mentais que nada têm de naturais.

49 Ferro, Marc. *História Vigiada*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

Seguindo este caminho, parece-me que vale a pena incorporar temas como a ação do Exército Zapatista de Libertação Nacional⁵⁰, dos *pobladores* chilenos⁵¹, dos *piqueteros* argentinos ou a Doutrina Bush, de modo a construir nexos com processos políticos anteriores, refletir sobre a persistência e o paralelismo de estruturas políticas, sociais e econômicas entre os diferentes países e confrontar culturas políticas no interior de cada um deles. Dessa forma, torna-se possível recuperar lógicas e sentidos, ultrapassando a sensação de descontinuidade e casualidade que o acelerado fluxo e a forma de apresentação de mensagens pela mídia produzem.

É possível aproveitar também a oportunidade para explorar as relações entre história e memória social, problematizando a própria mídia, as novas linguagens, formas narrativas, as mediações enfim, como propõem Canclini e Barbero⁵². As discussões sobre os processos de construção de hegemonia e contra-hegemonia associadas ao popular, centrais na historiografia sobre o populismo especialmente, ganham o reforço das teorias da recepção que alimentam os estudos culturais latino-americanos desde algum tempo.

Do mesmo modo podem ser explorados o cinema e a literatura. As representações, o imaginário sobre o passado recente, particularmente processos traumáticos como guerras, guerrilhas e a repressão política promovidos por regimes autoritários podem ser analisados através de filmes, romances - muitas vezes autobiográficos - que participam da batalha sobre a memória, sobre o que deve ser lembrado ou esquecido,

50 V.Altmann, Werner. "A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina". In: América Latina: história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998 e "1994: o Zapatismo e a radicalização do movimento indígena no México". In: Região e nação na América Latina. George de Cerqueira Leite Zarur (org). Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Este tema tem sido explorado por Antônio Carlos Amador Gil em trabalhos apresentados vários congressos, incluindo os últimos encontros da Anphlac.

51 Tironi, Eugênio. "Ação Coletiva e Autoritarismo no Chile". In: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 32, n.2, 1989, pp. 187-202 e Fredrigo, Fabiana de Souza. "A influência das mobilizações sociais nas transições à democracia: o caso chileno". In: Caminhos da História da América no Brasil: Tendências e contornos de um campo historiográfico. Jaime de Almeida (org). Brasília, Anphlac, 1998, p. 671-679.

52 Canclini, Nestor Garcia. Culturas Híbridas. São Paulo, Edusp, 1997 e Martín Barbero, Jesús. De los Médios a Las Mediaciones. Comunicación, Cultura y Hegemonia México, Gustavo Gili, 1987. Comentários sobre a obra desses dois autores podem ser encontrados na coletânea Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. Mato, Daniel (Coord). Clacso, 2002 e em Escosteguy, Ana Carolina. Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

batalha tornada mais franca, no caso da América Latina, a partir dos processos de redemocratização da década de 80.

Como exemplo é possível citar os filmes a Última Batalha de Allende, produzido a partir dos artigos escritos entre 1970 e 1973 por Pierre Kalfon, correspondente do jornal *Le Monde* em Santiago, e Memória Obstínada, de Patricio Guzmán, produzido em 1996, trazendo imagens e depoimentos inéditos dos que sobreviveram ao golpe e as reações polares de integrantes de uma geração que só recentemente pôde ter acesso a esses episódios borrados do passado.

No caso da história norte-americana, sempre preterida nas preferências dos alunos⁵³, o diálogo entre produção cinematográfica e historiográfica pode ser explorado através de filmes como JFK, de Oliver Stone. O filme produziu enorme impacto e controvérsia não apenas no público norte-americano em geral, reforçando o mito Kennedy, mas na comunidade de historiadores, que atacou duramente o filme, a despeito de seu diretor reivindicar para a produção o estatuto de documentário, exibindo documentos oficiais de modo a provocar o expectador para os processos de construção da história recente⁵⁴. *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola, oferece igualmente oportunidade para explorar o imaginário norte-americano no que diz respeito à guerra, associada ao sentido de missão e ao mito da fronteira, enquanto Malcolm X, de Spike Lee ou outros filmes de cineastas negros possibilitam recuperar como diferentes vertentes do movimento negro enxergam as relações raciais nos EUA, outra enorme ferida da identidade nacional norte-americana.

No terreno da literatura latino-americana, romances de autores consagrados como Gabriel Garcia Márquez e Mario Vargas Llosa, ao lado da produção de uma nova geração de escritores, como o argentino Tomás Eloy Martínez e a nicaraguense Gioconda Belli⁵⁵, quando não convidam

53 Em sondagens realizadas no início e no final dos semestres tenho verificado que os alunos, em geral já no 4º ou 5º período do curso, revelam claramente sua preferência por temas relacionados à História da América Latina, apoiando que se conceda menor espaço para temas relacionados aos EUA ao longo das 30 aulas que compõem o programa. Tenho tentado discutir essa disposição com os próprios alunos buscando identificar as bases dessa preferência pela América Latina ou rejeição dos EUA que evidentemente se associa a uma dimensão político-afetiva.

54 V. “Dances with facts” In: *American Historical Review*, 97, n.2, p. 487-511 e “JFK, a pergunta que não quer calar” e “Uma conversa entre Mark Carnes e Oliver Stone”. In: *Passado Imperfeito: a História no Cinema*. Mark C. Carnes (org). Rio de Janeiro, Record, 1997, p. 270-273 e 305-312.

55 Tenho em mente *O Romance de Perón e Santa Evita*, de Martínez, *A mulher habitada*, de G. Belli

explicitamente para discussão sobre o imaginário político, fazem-no indiretamente, oferecendo um mergulho nos dramas vividos pelas sociedades latino-americanas, nos efeitos dos mecanismos de coerção empregados pelos governos autoritários no comportamento e na relação com universo político por parte de diferentes segmentos sociais. No caso dos EUA, livros como *On the Road*, de Jack Kerouack, e *Uivo*, de Allen Ginsberg, representantes máximos da literatura e da poesia da geração beat, permitem explorar uma face não dominante e portanto menos visível desta sociedade norte-americana.

Mas em termos da historiografia, quais seriam nossos recursos? No tocante a obras gerais em português, alguns títulos servem de apoio, mas pouca coisa foi publicada recentemente⁵⁶. A leitura de textos em espanhol e mais ainda em inglês encontra bastante resistência da parte dos alunos de graduação, o que cria dificuldades especiais no que diz respeito à história norte-americana.

A historiografia brasileira, seguindo tendência mais geral da historiografia latino-americana sobre a América Latina⁵⁷, soube incorporar muito rapidamente as contribuições teóricas e metodológicas originárias de diferentes países da Europa, desde a Escola dos Annales francesa à micro-história italiana. Na interface da Nova História Política com a História Cultural emergem discussões sobre imaginário, representações sociais e identidade, tomando-se por objeto a produção intelectual e artística, manifestações culturais e religiosas, experiências de

56 América Latina: história de Meio-Século. Pablo González Casanova (org). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990; Diversos. Transições do Regime Autoritário. São Paulo, Vértice, 1988; Rouquié, Alain. O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991; Touraine, Alain. Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo, Trajetória Cultural; Campinas, Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1989; Rouquié, Alain. O Estado militar na América Latina. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1984; Castro, Celso & Maria Celina D'Araujo. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000; Bethell, Leslie. Roxborough, Ian. A América Latina entre a 2ª Guerra e a Guerra Fria. São Paulo: Paz e Terra, 1996; . Bradbury, M. & Temperley, H.(ed.) Introdução aos Estudos Americanos. Rio de Janeiro, Forense Universitária (1a ed. norte-americana –1981); Divine, Robert et alii. América, Passado e Presente. Rio de Janeiro, Editora Nórdica, 1992; Sellers, Charles et alii. Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos. Jorge Zahar Editor, 1990; Crunden, Robert M. Uma breve história da cultura americana. Rio de Janeiro, Nórdica, 1994; Berlowitz, L. Donoghue, D.& Menand, L.(org) A América em Teoria. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993; Leuchtenburg, W. et alii. O Século Inacabado: A América desde 1900. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

57 Ver balanço da historiografia latino-americana contemporânea em Aguirre Rojas, Carlos Antonio. América Latina: História e Presente. Campinas, SP; Papirus, 2004.

segmentos desfavorecidos diversos, como camponeses, operários, imigrantes, mulheres, indígenas, desempregados, crianças⁵⁸.

Nesse contexto, não resta dúvida de que a Pós-Graduação da Universidade de São Paulo teve um papel inestimável. A produção das professoras Maria Lígia Prado e Maria Helena Rolim Capelato, que há anos respondem pelos cursos de América Independente na graduação, como a de seus alunos de mestrado e doutorado, irrigaram tanto o ensino de história da América Latina quanto o de história norte-americana, renovando as referências para o estudo de temas clássicos como o populismo, regimes militares, processos revolucionários, relações interamericanas. Felizmente várias dissertações e teses foram publicadas, o que nos permite trabalhar com livros e artigos que atualizam a discussão teórica, incorporam referências importantes da historiografia de diferentes países e analisam fontes inéditas. A quantidade e a variedade de temas é de tal ordem que não seria possível recuperá-los em poucas páginas. Ressalto apenas a inovação teórico-metodológica, mormente a perspectiva comparada adotada em muitos trabalhos e o uso de fontes extremamente variadas, que incluem a fotografia, a pintura, a música, o cinema, a literatura. Circuitos políticos e culturais foram inventariados a partir da trajetória e projetos de atores coletivos e individuais, como partidos, órgãos da imprensa, personalidades do mundo intelectual e artístico de diferentes países da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos. A produção de imaginários sociais foi objeto de inúmeros trabalhos que desconstroem imagens, textos e ritos, buscando sentidos subjacentes aos discursos que os autores ou veículos analisados pretendiam que fossem recebidos como diretos e transparentes. Conflitos de idéias e interesses entre grupos diversos são desnudados, o que desfaz qualquer perspectiva de homogeneidade em termos de culturas políticas nacionais ou regionais.

A riqueza dessa produção, aliada à de outros centros de pesquisa brasileiros, coloca num novo patamar o ensino de História das Américas no período contemporâneo. É possível superar as sínteses generalizantes e as crônicas lineares, visualizar a especificidade, mas também as interferências e paralelismos entre diferentes processos e identidades sociais e políticas. Os debates em sala de aula ganham animação e consistência a partir da discussão dessa historiografia inovadora que

58 Os temas reunidos na publicação da nossa Associação de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha de 1998 - Caminhos da História da América no Brasil: Tendências e contornos de um campo historiográfico, organizada por Jaime de Almeida servem como bons indicadores.

dialoga com a historiografia sobre o Brasil e outras regiões do mundo. Ao mesmo tempo, constrói-se uma alternativa ao olhar que europeus e norte-americanos ainda lançam sobre a América Latina, que se pauta pela falta, pelos desvios, pela incompletude, pela imaturidade, ou mesmo pela natureza de nossa formação histórica, programada para gerar abismos sociais, violência política e descalabro econômico, traduzidos hoje em dívida externa, devastação ambiental, guerrilha e tráfico de drogas, enfim, crise de governabilidade. Males que na melhor das hipóteses poderiam ser contornados seguindo-se receituários neoliberais, e na pior, produziram crises na ordem internacional.⁵⁹

A atenção maior concedida às dinâmicas e lógicas políticas e culturais regionais, nacionais e locais que marcou os esforços mais recentes dos latino-americanistas brasileiros produziu, como consequência, o refluxo das teses estruturalistas que tendiam a ver a nossa história como determinada por fatores externos. Por conta disso, decresceu o interesse pelas discussões de Economia Política que mobilizaram as atenções e ocuparam espaço significativo nos cursos de América Latina Contemporânea até o final dos anos 80.

É justo esperar que o recente falecimento de Celso Furtado suscite a retomada da discussão de modelos de inserção da América Latina no mundo numa perspectiva dialética. O pensamento da CEPAL e a Teoria da Dependência merecem ser recuperados no bojo das discussões sobre globalização, integração regional e constituição de movimentos anti-sistêmicos, como o representado pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre. A América Latina deve ocupar o lugar que lhe cabe na formulação de projetos de modernidade alternativa, avançados tanto por movimentos sociais que se valem de estratégias políticas e culturais inovadoras, quanto pela produção intelectual que ofereça novos elementos conceituais, visões de mundo originais da periferia que desafiem a idéia de um sistema e de uma ordem mundial inelutáveis.

59 Samuel Huntington em seu já célebre Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial defende que as ameaças à ordem mundial hoje devem ser buscadas no antagonismo entre civilizações e não entre ideologias ou países com recursos econômicos desiguais. A América Latina, no seu modelo, corresponderia a uma civilização específica, distinta da civilização ocidental, onde EUA e Europa estaria situados.

Afinal, conforme insiste Gabriel Garcia Márquez, não há nada de quimérico nos desígnios de independência e originalidade da América Latina.